

# SUMÁRIO

ACOMPETÊNCIA REGIMENTAL DO STJ PARA O JULGAMENTO DAS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.....	1
COMPETÊNCIA REGIMENTAL DO STF PARA O JULGAMENTO DAS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.....	3
Capítulo I – SEGURIDADE SOCIAL: CONCEITO,TEORIA, ORIGEM, FASES HISTÓRICAS E FONTES DE FINANCIAMENTO .....	5
1 SEGURIDADE SOCIAL E CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO .	5
1.1 Conceito, fundamento e natureza jurídica .....	5
1.2 Teoria do risco social (contingência) e da proteção estatal.....	8
1.3 Origem e fases históricas.....	11
1.4 Modelo Bismarckiano <i>versus</i> Modelo Beveridgiano.....	13
1.5 Surgimento no Brasil: o marco da Lei Eloy Chaves.....	14
2 REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS) .....	14
2.1 Conceito, caráter obrigatório e contributivo .....	14
2.2 Natureza solidária e de repartição simples: efeitos e implicações no sistema previdenciário .....	15
2.3 Piso e teto do valor dos benefícios previdenciários pagos pelo RGPS.....	16
2.4 Competência Legislativa Privativa da União Sobre Seguridade Social.....	17
3 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	18
4 REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS) .....	19
5 FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL .....	19
5.1 Natureza jurídica.....	19
5.2 Contribuições da Seguridade Social Previdenciárias.....	21
5.2.1 Cota patronal sobre a folha de pagamento .....	21
5.2.2 Cota dos trabalhadores sobre o salário de contribuição .....	22
5.3 Contribuições da Seguridade Social Não Previdenciárias.....	23
5.3.1 Sobre a receita ou o faturamento.....	23
5.3.2 Sobre o lucro .....	25
5.3.3 Sobre o concurso de prognósticos .....	25
5.3.4 Do importador de bens ou serviços do exterior .....	26
5.4 Contribuições da Seguridade Social Residuais .....	26
5.5 Contribuições Sociais Gerais.....	28
5.6 Moratória, Remissão e Anistia das Contribuições Sociais .....	28
5.7 Possibilidade das Contribuições Sociais Serem Não Cumulativas .....	29
5.8 Arrecadação.....	29
5.9 Execução das Contribuições Sociais pela Justiça do Trabalho.....	29

5.10	Consequências do Inadimplemento das Contribuições da Seguridade Social.....	30
5.11	Imunidades das Entidades Beneficentes de Assistência Social.....	31
5.12	Princípio da Noventena.....	34
5.13	Orçamento Próprio da Seguridade Social .....	35
5.14	DRU: Ampliação Feita pela Emenda Constitucional 93/2016 e Déficit Orçamentário da Previdência Social.....	35
<b>Capítulo II – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E INTERPRETATIVOS DA SEGURIDADE SOCIAL .....</b>		<b>39</b>
1	PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS GERAIS DA SEGURIDADE SOCIAL.....	40
1.1	Princípio da Dignidade da Pessoa Humana .....	40
1.2	Princípio da Solidariedade.....	41
1.3	Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição .....	41
1.4	Princípio da Ampla Defesa e do Contraditório .....	42
2	PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS ESPECÍFICOS DA SEGURIDADE SOCIAL.....	44
2.1	Princípio da Universalidade de Cobertura e de Atendimento.....	44
2.2	Princípio da Uniformidade e Equivalência dos Benefícios e Serviços Entre as Populações Urbanas e Rurais .....	45
2.3	Princípio da Seletividade e Distributividade na Prestação dos Benefícios e Serviços.....	46
2.4	Princípio da Irredutibilidade do Valor dos Benefícios.....	47
2.5	Princípio da Equidade na Forma de Participação no Custeio .....	48
2.6	Princípio da Diversidade da Base de Financiamento.....	49
2.7	Princípio do Caráter Democrático e Descentralizado da Administração por Meio da Gestão Quadripartite.....	51
2.8	Princípio da Prévia Fonte de Custeio (Regra da Contrapartida).....	52
2.9	Princípio do Equilíbrio Financeiro e Atuarial.....	52
3	PRINCÍPIOS INTERPRETATIVOS DA SEGURIDADE SOCIAL.....	53
3.1	Princípio <i>Tempus Regit Actum</i> e Ultratividade .....	53
3.1.2	Aplicação Indevida no Direito Previdenciário de Medidas Provisórias Rejeitadas ou que Perderam a Eficácia.....	54
3.2	Princípio da Irretroatividade.....	60
3.3	Princípio da Aplicação Imediata da Norma Constitucional .....	60
3.4	Princípio da Retrospectividade.....	61
3.5	Princípio da Irrepetibilidade dos Benefícios Previdenciários.....	62
3.5.1	Forma de Cobrança de Valores Indevidamente Recebidos a Título de Benefícios Previdenciários .....	66
3.6	Princípio da Proteção Social.....	69
3.7	Princípio do Direito ao Melhor Benefício .....	70
3.8	Princípio da Fungibilidade da Tutela Previdenciária .....	70
3.9	Princípio da Proibição de Interpretação Restritiva Sem Amparo Legal.....	72
<b>Capítulo III – DIREITO PREVIDENCIÁRIO: TEORIA GERAL.....</b>		<b>73</b>
1	BENEFICIÁRIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: SEGURADOS E DEPENDENTES .....	73
1.1	Conceito .....	73
1.2	Filiação <i>versus</i> Inscrição .....	73
2	SEGURADOS OBRIGATÓRIOS.....	75
2.1	Empregado.....	75
2.2	Empregado Doméstico .....	80
2.3	Trabalhador Avulso.....	81
2.4	Segurado Especial.....	81
2.4.1	Caracterização do regime de economia familiar.....	82

2.4.2	Boia-fria.....	92
2.4.3	Pescador artesanal.....	93
2.4.4	Lei 13.846/2019 e o Cadastro dos Segurados Especiais.....	93
2.5	Contribuinte Individual.....	99
2.6	Beneficiário de Seguro-Desemprego.....	104
3	SEGURADO FACULTATIVO.....	104
4	DEPENDENTES.....	106
4.1	Conceito.....	106
4.2	Prestações Previdenciárias Devidas aos Dependentes.....	107
4.3	Forma de Comprovação da Qualidade de Dependente.....	107
4.4	Classes I, II e III dos Dependentes Previdenciários.....	107
4.5	Cônjuge.....	107
4.6	Companheiro(a), inclusive o Homoafetivo.....	109
4.7	Ex-Cônjuge ou Ex-Companheiro(a).....	113
4.8	Concubina de Longa Duração.....	115
4.9	Filho Menor de 21 Anos.....	118
4.10	Filho Inválido.....	119
4.11	Filho com Deficiência Mental, Intelectual ou Grave, nos Termos das Alterações Trazidas pela Lei 13.146/2015.....	122
4.12	Filhos Equiparados.....	128
4.13	Menor Sob Guarda.....	128
4.14	Pessoa Designada.....	130
4.15	Pais.....	130
4.16	Avós.....	130
4.17	Madrasta e Padrasto.....	131
5	REGRAS DOS DEPENDENTES.....	131
5.1	Regra da Classe Preferencial.....	131
5.2	Regra da Igualdade Dentro da Mesma Classe.....	132
5.3	Regra do Acréscimo da Cota Dentro da Mesma Classe.....	132
5.4	Regra da Presunção da Dependência Econômica para a Classe I e da Efetiva Comprovação para as Classes II e III.....	136
5.4.1	Presunção de dependência econômica da classe preferencial: regra absoluta ou relativa?.....	139
5.4.2	Interpretação conforme a Constituição do art. 16 da Lei 8.213/1991 para fins de caracterização da dependência previdenciária.....	140
5.5	Regra da Habilitação Tardia.....	142
5.6	Regra da Habilitação Provisória.....	145
5.7	Regra da Perda da Qualidade de Dependente por Indignidade.....	147
5.8	Regra da Perda da Qualidade de Dependente do Cônjuge/Companheira pela Prática de Simulação ou Fraude no Casamento/União Estável.....	149
6	QUALIDADE DE SEGURADO E PERÍODO DE GRAÇA.....	150
6.1	Conceito de Qualidade de Segurado.....	150
6.2	Formas de Comprovação da Qualidade de Segurado.....	150
6.3	Conceito do Período de Graça.....	151
6.4	Finalidade do Período de Graça.....	151
6.5	Duração do Período de Graça e Manutenção da Qualidade de Segurado.....	151
6.6	Prorrogação do Período de Graça.....	154
6.7	Contagem do Período de Graça.....	156
6.8	Projeção do Aviso Prévio no Período de Graça.....	158
6.9	Perda da Qualidade de Segurado.....	159
6.10	Lei 9.528/1997 e Mitigação dos Efeitos da Perda da Qualidade de Segurado.....	159

7	CARÊNCIA.....	160
7.1	Conceito .....	160
7.2	Períodos de Carência dos Benefícios.....	160
7.2.1	Carência de Reingresso .....	160
7.2.2	As Medidas Provisórias 739/2016, 767/2017 e 871/2019 em face da decisão do STF na ADPF 216/DF.....	165
7.3	Isenção de Carência.....	170
7.4	Carência dos Segurados Especiais .....	171
7.5	Formas de Comprovação da Carência .....	172
7.6	Termo Inicial da Contagem da Carência.....	174
7.7	Recolhimento em Atraso de Contribuições e Sua Consideração para Fins de Carência.....	175
7.8	Tempo do Segurado Trabalhador Rural Anterior à Lei 8.213/1991.....	177
7.9	Tempo de Serviço do Aluno Aprendiz para Fins de Carência.....	178
7.10	Tempo de Serviço do Militar Obrigatório para Fins de Carência .....	178
8	SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO.....	178
8.1	Conceito .....	178
8.2	Segurados Obrigatórios e Facultativos.....	178
8.3	Limites Mínimo e Máximo do Salário de Contribuição.....	181
8.4	Medida Provisória 808/17 (que não foi convertida em lei), EC 103/2019 e Lei 13.876/2019: Regras Quando o Salário de Contribuição For Inferior ao Mínimo Legal .....	182
8.5	Extinção da Escala do Salário-Base pelas Leis 9.876/1999 e 10.666/2003.....	185
8.6	Parcelas que Integram o Salário de Contribuição.....	186
8.7	Parcelas que Não Integram o Salário de Contribuição .....	192
8.8	Salário de Contribuição em Caso de Atividades Concomitantes.....	200
8.9	Alíquotas de Contribuição para o Custeio da Previdência Social.....	200
8.9.1	Empregado, doméstico e trabalhador avulso.....	200
8.9.2	Contribuinte individual e segurado facultativo .....	203
8.9.2.1	Contribuinte individual filiado à cooperativa de trabalho.....	207
8.9.2.2	Contribuinte individual condutor autônomo de veículo rodoviário.....	209
8.9.2.3	Plano simplificado da previdência social dos contribuintes individuais e dos segurados facultativos .....	210
8.9.3	Segurado especial .....	213
8.10	Indenização para Contagem do Tempo de Serviço de Contribuições Alcançadas pela Decadência.....	218
9	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A CARGO DOS EMPREGADORES, EMPRESAS E EQUIPARADOS .....	222
9.1	Empregador Doméstico .....	222
9.2	Empresa e Equiparados.....	223
9.2.1	Contribuição sobre a remuneração dos empregados e avulsos.....	223
9.2.1.1	Verbas específicas que integram a folha de salários .....	225
9.2.1.2	Verbas específicas que não integram a folha de salários.....	226
9.2.2	Contribuição para o SAT/GILRAT: parcela básica e adicional.....	226
9.2.2.1	Fator Acidentário de Prevenção (FAP) .....	228
9.2.3	Contribuição para o Sistema “S” .....	230
9.2.4	Contribuição sobre o 13º salário dos empregados.....	230
9.2.5	Contribuição sobre a remuneração dos contribuintes individuais.....	231
9.3	Cooperativa de Produção.....	231
9.4	Cooperativa de Trabalho.....	232
9.5	Contribuição Substitutiva da Cota Patronal .....	235
9.5.1	Associações desportivas que mantém equipe de futebol profissional.....	236
9.5.2	Produtores rurais pessoas físicas.....	237

9.5.3	Produtores rurais pessoas jurídicas .....	240
9.5.4	Agroindústrias .....	241
9.6	A Desoneração da Folha de Pagamento.....	242
9.7	Contribuição Diferenciada das Empresas Optantes do Simples Nacional.....	243
9.7.1	MEI – Microempreendedor Individual.....	243
9.7.2	Inovação legal: o MEI rural.....	244
9.8	O Simples Nacional.....	245
9.9	A MP 905/2019 e o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo .....	248
10	SALÁRIO DE BENEFÍCIO .....	250
10.1	Conceito .....	250
10.2	Período Básico de Cálculo .....	251
10.3	Benefícios Submetidos ao Cálculo do Salário de Benefício .....	255
10.4	Exclusão do Décimo Terceiro Salário do Cálculo do Salário de Benefício .....	257
10.5	Direito Adquirido ao Cálculo do Salário de Benefício com Base nas Regras Anteriores à Lei 9.876/1999 e à EC 103/2019 .....	258
10.6	Exigência de Divisor Mínimo de 60% Conforme art. 3º, § 2º, da Lei 9.876/1999.....	260
10.7	Lei 13.135/2015 e Alterações no Salário de Benefício do Auxílio-Doença .....	262
10.8	Salário de Benefício da Aposentadoria Precedida de Auxílio-Doença em Face das Alterações Trazidas pela Lei 13.135/2015 e pela EC 103/2019 .....	265
10.9	Salário de Benefício do Segurado Especial .....	270
10.10	Salário de Benefício da Aposentadoria Precedida de Auxílio-Acidente.....	<b>270</b>
10.11	Fator Previdenciário .....	271
10.12	Lei 13.183/2015 (Progressividade do Sistema de Pontos) .....	273
10.13	CNIS – Cadastro Nacional de Informações do Segurado .....	276
10.14	Salário de Benefício no Caso de Atividades Concomitantes.....	277
10.15	Direito à Exclusão das Menores Contribuições do Salário de Benefício.....	280
11	CONTAGEM RECÍPROCA.....	280
12	EC 103/2019 E A VEDAÇÃO DE CONTAGEM DE TEMPO FICTO .....	287
12.1	Possibilidade de Utilização do Tempo Rural Anterior à Lei 8.213/91 mesmo após a vigência da EC 103/2019 .....	289
12.2	Cômputo do Tempo Rural exercido após a EC 103/2019 para fins de concessão da Aposentadoria Voluntária Rural do Segurado Especial.....	290
12.3	Forma de Contagem do Tempo Rural após a vigência da EC 103/2019 para fins de concessão da Aposentadoria Voluntária Híbrida .....	291
12.4	Proibição de Conversão de Tempo Especial em Comum após a vigência da EC 103/2019 ...	293
12.5	Tempo de Afastamento recebendo Benefício por Incapacidade intercalado com atividade laboral contributiva após a vigência da EC 103/2019 .....	293
13	A COBERTURA DE BENEFÍCIOS NÃO PROGRAMADOS PELO SETOR PRIVADO .....	294
<b>Capítulo IV – BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS EM ESPÉCIE: TEORIA E PRÁTICA .....</b>		<b>295</b>
1	AUXÍLIO-DOENÇA .....	295
1.1	Cabimento.....	295
1.2	Previsão Legal.....	296
1.3	Requisitos .....	296
1.3.1	Qualidade de segurado.....	296
1.3.2	Carência.....	297
1.3.3	Cômputo das contribuições anteriores ao reingresso no RGPS para fins de carência .....	297
1.3.4	Isenção de carência .....	297
1.3.5	Incapacidade total e temporária e data do início da incapacidade (DII).....	299
1.3.6	Incapacidade parcial e permanente .....	299

1.3.7	Sobre-esforço e direito ao auxílio-doença.....	300
1.3.8	Realização de perícias por delegação por médicos integrantes do SUS.....	301
1.3.9	Alterações trazidas pelo Decreto 8.691/2016: possibilidade de concessão ou prorrogação do auxílio-doença sem perícia do INSS .....	302
1.4	Tipos de Auxílio-doença: Previdenciário e Acidentário.....	302
1.5	Acidentes de Trabalho e Benefícios por Incapacidade.....	304
1.5.1	Acidente de trabalho típico (art. 19, Lei 8.213/1991) .....	304
1.5.2	Acidente de trabalho equiparado: doença profissional e doença do trabalho (art. 20, Lei 8.213/1991) .....	305
1.5.3	Acidente do trabalho: demais equiparações legais (art. 21, Lei 8.213/1991).....	306
1.5.4	Situações que não são doenças do trabalho (art. 20, § 1º, Lei 8.213/1991) .....	307
1.5.5	Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT).....	307
1.5.6	Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP) .....	308
1.6	Beneficiários .....	310
1.7	“Doença” Preexistente .....	310
1.8	Data de Início do Benefício (DIB).....	311
1.9	Prorrogação do Auxílio-Doença.....	312
1.10	Aspectos Trabalhistas do Auxílio-Doença.....	313
1.10.1	Suspensão versus interrupção do contrato de trabalho .....	313
1.10.2	Estabilidade provisória, direito à reintegração e indenização substitutiva.....	313
1.10.3	Recolhimento do FGTS.....	315
1.10.4	Auxílio-doença e manutenção de plano de saúde ou assistência médica.....	315
1.11	Data da Cessação do Benefício (DCB).....	316
1.12	Obrigações do Segurado que Recebe Auxílio-Doença .....	316
1.12.1	Participação em processo de Reabilitação Profissional.....	316
1.12.2	Realização de exames e tratamento médico .....	319
1.13	Lei 13.457/2017 e a Alta Programada.....	320
1.13.1	Alta programada judicial.....	322
1.13.2	Prazo hipotético de 120 dias para cessação do benefício no caso de alta programada .....	323
1.14	Salário de Benefício (SB).....	324
1.15	Renda Mensal Inicial (RMI) .....	324
1.16	Acumulação do Auxílio-Doença com Outros Benefícios .....	325
1.17	Revisão Administrativa de Auxílio-Doença Concedido Judicialmente .....	325
1.18	Segurado que Exerce Mais de Uma Atividade no RGPS .....	325
1.19	Restrições ao Recebimento do Auxílio-Doença ao Segurado Preso .....	327
1.20	Presença de Terceiros nas Perícias Médicas do INSS.....	328
1.21	Lei 13.876/2019 e a Limitação do Pagamento de 1 (uma) Perícia por Processo Judicial ....	328
1.22	Prazo Limite para o INSS realizar a Perícia no Âmbito Administrativo .....	329
1.22	MP 905/2019 e a Criação do Programa de Habilitação e Reabilitação Física e Profissional, Prevenção e Redução de Acidentes De Trabalho.....	331
2	PRÁTICA PREVIDENCIÁRIA DO AUXÍLIO-DOENÇA .....	332
2.1	Petição Inicial: Peça Processual Modelo (Concessão do benefício de Auxílio-Doença).....	332
2.2	Fundamentos Jurídicos de Petições Iniciais Envolvendo Auxílio-Doença .....	335
2.2.1	Restabelecimento de auxílio-doença cessado indevidamente por falta de incapacidade.....	335
2.2.2	Conversão de auxílio-doença em aposentadoria por incapacidade permanente....	335
2.2.3	Concessão de auxílio-doença indeferido por perda da qualidade de segurado .....	335
2.2.4	Concessão de auxílio-doença indeferido por ausência de carência .....	336
2.2.5	Concessão de auxílio-doença em caso de incapacidade parcial e permanente .....	336
2.2.6	Cessação administrativa de auxílio-doença concedido judicialmente .....	336

2.3	Valor da Causa.....	336
2.4	Requerimento de Produção de Provas.....	337
2.5	Quesitos para Perícia.....	337
2.6	Impugnação do Laudo Pericial.....	338
2.7	Pedido de Tutela Antecipada.....	339
2.8	Sentença e Tutela Específica da Obrigação.....	339
2.9	Agravo de Instrumento.....	339
2.10	Apelação: Peça Processual.....	340
2.11	Recurso Especial: Peça Processual.....	344
2.12	Cumprimento de Sentença Contra o INSS: Peça Processual.....	347
3	APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE.....	348
3.1	Cabimento.....	349
3.2	Previsão Legal.....	349
3.3	Requisitos.....	349
3.3.1	Qualidade de segurado.....	349
3.3.2	Carência.....	349
3.3.3	Cômputo das contribuições anteriores ao reingresso no RGPS para fins de carência....	350
3.3.4	Isenção de carência.....	350
3.3.5	Incapacidade total e permanente.....	350
3.3.6	Teoria da incapacidade social.....	351
3.4	Realização de Perícias por Delegação.....	353
3.5	Tipos de Aposentadoria por Incapacidade Permanente: Previdenciária e Acidentária.....	353
3.6	Beneficiários.....	354
3.7	“Doença” Pré-Existente.....	354
3.8	Data de Início do Benefício (DIB).....	355
3.9	Data da Cessação do Benefício (DCB).....	356
3.10	Mensalidades de Recuperação.....	357
3.11	Aspectos Trabalhistas da Aposentadoria por Incapacidade permanente.....	360
3.11.1	Suspensão do contrato de trabalho e direito de retorno ao emprego.....	360
3.11.2	Fechamento da empresa e extinção da relação empregatícia.....	361
3.11.3	Aposentadoria por incapacidade permanente e manutenção de plano de saúde ou assistência médica.....	362
3.11.4	Aposentadoria por incapacidade permanente acidentária e depósitos do FGTS....	363
3.12	Salário de Benefício (SB).....	363
3.13	Renda Mensal Inicial (RMI).....	364
3.14	Adicional de 25% à RMI (Adicional de Grande Invalidez ou Auxílio-Acompanhante).....	365
3.14.1	Extensão do adicional de 25% para outros tipos de aposentadoria.....	366
3.15	Obrigações do Segurado que Recebe Aposentadoria por Incapacidade permanente.....	368
3.16	Acumulação da Aposentadoria por Incapacidade permanente com Outros Benefícios.....	369
4	PRÁTICA PREVIDENCIÁRIA DA APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE.....	370
4.1	Petição Inicial: Peça Processual Modelo (Concessão do Benefício de Aposentadoria por Incapacidade Permanente).....	370
4.2	Fundamentos Jurídicos e Jurisprudenciais de Petições Iniciais Envolvendo Aposentadoria por Incapacidade permanente.....	373
4.2.1	Conversão de auxílio-doença em aposentadoria por incapacidade permanente....	373
4.2.2	Cessação administrativa de aposentadoria por incapacidade permanente concedida judicialmente.....	373
4.2.3	Concessão de aposentadoria por incapacidade permanente em caso de incapacidade parcial e permanente.....	373
4.2.4	Concessão do adicional de 25%.....	374

4.3	Valor da Causa.....	374
4.4	Requerimento de Produção de Provas .....	374
4.5	Quesitos para Perícia .....	374
4.6	Impugnação do Laudo Pericial .....	375
4.7	Pedido de Tutela Antecipada.....	375
4.8	Sentença e Tutela Específica da Obrigação.....	375
4.9	Agravo de Instrumento .....	375
4.10	Apelação: Fundamentos Jurídicos .....	376
4.11	Recurso Extraordinário: Peça Processual .....	376
4.12	Cumprimento de Sentença: Fundamentos Jurídicos.....	380
5	AUXÍLIO-ACIDENTE.....	380
5.1	Cabimento.....	380
5.2	Previsão Legal.....	382
5.3	Requisitos .....	382
5.3.1	Qualidade de Segurado .....	382
5.3.2	Acidente de Qualquer Natureza .....	383
5.3.3	Redução da capacidade laborativa para o trabalho habitual .....	384
5.3.4	Reversibilidade da doença ocupacional e direito ao auxílio-acidente .....	384
5.3.5	Lesão mínima e direito ao auxílio-acidente.....	385
5.4	Beneficiários .....	385
5.4.1	Segurado especial e direito ao auxílio-acidente .....	386
5.5	Deficiência Auditiva (Disacusia) e Nexo Causal com o Trabalho.....	386
5.5.1	Deficiência auditiva (disacusia) e Tabela de Fowler .....	387
5.6	Data de Início do Benefício (DIB).....	388
5.7	Data da Cessação do Benefício (DCB).....	389
5.8	Salário de Benefício (SB).....	389
5.9	Renda Mensal Inicial (RMI).....	390
5.10	Aplicação do Princípio <i>Tempus Regit Actum</i> à Lei 9.032/1995 .....	391
5.11	Auxílio-Acidente e Acumulação com Outros Benefícios.....	392
5.12	Competência para julgamento do Auxílio-Acidente .....	394
6	PRÁTICA PREVIDENCIÁRIA DO AUXÍLIO-ACIDENTE.....	394
6.1	Petição Inicial: Peça Processual Modelo (Concessão do Benefício de Auxílio-Acidente) ...	394
6.2	Fundamentos Jurídicos e Jurisprudenciais de Petições Iniciais Envolvendo Auxílio-Acidente .....	397
6.2.1	Concessão de auxílio-acidente indeferido por perda da qualidade de segurado ....	398
6.2.2	Restabelecimento de auxílio-acidente cessado indevidamente.....	398
6.2.3	Cumulação de auxílio-acidente com aposentadoria.....	398
6.2.4	Concessão de auxílio-acidente no caso de lesão mínima .....	399
6.3	Valor da Causa.....	399
6.4	Requerimento de Produção de Provas .....	399
6.5	Quesitos para Perícia .....	399
6.6	Impugnação do Laudo Pericial .....	399
6.7	Pedido de Tutela Antecipada.....	399
6.8	Sentença e Tutela Específica da Obrigação.....	400
6.9	Agravo de Instrumento .....	400
6.10	Apelação: Fundamentos Jurídicos .....	400
6.11	Recurso Especial: Peça Processual.....	401
6.12	Cumprimento de Sentença: Fundamentos Jurídicos.....	404
7	SALÁRIO-FAMÍLIA.....	404
7.1	Cabimento.....	404
7.2	Previsão Legal.....	405



7.3	Requisitos .....	405
7.3.1	Critério da baixa renda.....	405
7.3.2	Filhos ou equiparados até 14 anos ou inválidos de qualquer idade .....	406
7.4	Beneficiários .....	406
7.5	Restrições ao Recebimento do Salário-Família Trazidas pelo Regulamento .....	407
7.6	Modificação do Valor da Cota do Salário-Família pela EC 103/2019 e Responsabilidade pelo Pagamento.....	408
7.7	Especificidades do Salário-Família do Empregado Doméstico .....	409
7.8	Data de Início do Benefício (DIB).....	411
7.9	Data da Cessação do Benefício (DCB).....	411
7.10	Salário-Família e Acumulação com Outros Benefícios .....	411
8	PRÁTICA PREVIDENCIÁRIA DO SALÁRIO-FAMÍLIA.....	412
8.1	Petição Inicial: Peça Processual Modelo (Implantação do Benefício de Salário-Família) ...	412
8.2	Fundamentos Jurídicos e Jurisprudenciais de Petições Iniciais Envolvendo Salário-Família.....	414
8.2.1	Restabelecimento de salário-família em relação a filho inválido maior de 14 anos	414
8.3	Valor da Causa.....	415
8.4	Requerimento de Produção de Provas.....	415
8.5	Pedido de Tutela Antecipada.....	415
8.6	Sentença e Tutela Específica da Obrigação.....	415
8.7	Agravo de Instrumento .....	416
8.8	Apelação.....	416
8.9	Recurso Especial e Recurso Extraordinário .....	416
8.10	Cumprimento de Sentença .....	416
9	ABONO ANUAL .....	416
9.1	Cabimento.....	416
9.2	Previsão Legal.....	417
9.3	Beneficiários .....	417
9.4	Forma de Cálculo.....	417
10	PENSÃO POR MORTE .....	417
10.1	Cabimento.....	417
10.2	Previsão Legal.....	418
10.3	Requisitos .....	418
10.3.1	Óbito do segurado.....	418
10.3.2	Qualidade de segurado e Súmula 416 do STJ.....	418
10.3.3	Qualidade de dependente .....	421
10.4	Recolhimento Post Mortem de Contribuições Previdenciárias Pelos Dependentes .....	421
10.5	Carência.....	422
10.6	Beneficiários .....	423
10.7	Data de Início do Benefício (DIB).....	423
10.7.1	DIB em caso de Dependente Absolutamente Incapaz .....	424
10.7.2	DIB em caso de Dependente Relativamente Incapaz.....	428
10.8	Lei 10.135/2015 e as Alterações Trazidas no Prazo de Duração da Pensão por Morte do Cônjuge/Companheiro(a).....	433
10.8.1	Caso, na data do óbito, o segurado tenha vertido 18 contribuições e o casamento/união estável tenha duração de, no mínimo, 2 anos.....	433
10.8.2	Caso, na data do óbito, o segurado NÃO tenha realizado 18 contribuições ou o casamento/união estável NÃO tenha duração de, no mínimo, 2 anos .....	434
10.8.3	Caso, na data do óbito, o cônjuge/companheiro seja inválido ou deficiente.....	435
10.8.4	Caso o óbito do segurado tenha ocorrido por acidente de qualquer natureza ou doença profissional ou do trabalho.....	435

10.8.5	Início da vigência das alterações realizadas pela Lei 13.135/2015.....	436
10.8.6	Análise da constitucionalidade das alterações trazidas pela Lei 10.135/2015 na pensão por morte do cônjuge/companheiro .....	437
10.9	Aplicação dos Requisitos da Lei 13.135/2015 a Ex-cônjuge ou ex-companheira(o) .....	440
10.9.1	MP 871/2019 convertida na Lei 13.846/2019 e o prazo de recebimento da Pensão pelo ex-cônjuge ou ex-companheira(o) .....	441
10.10	Data da Cessação do Benefício (DCB).....	443
10.11	Data da Cessação da Cota Individual.....	443
10.11.1	Data da Cessação da Cota-parte do Cônjuge/Companheiro(a) .....	443
10.12	Renda Mensal Inicial (RMI).....	444
10.12.1	Piso do valor da pensão por morte de um salário mínimo .....	450
10.13	Pensão Provisória em Caso de Morte Presumida .....	452
10.14	Pensão por Morte do Pensionista Deficiente que Retorna ao Trabalho .....	452
10.15	Pensão por Morte e Acumulação com Outros Benefícios.....	453
10.15.1	Escolha pela pensão por morte mais favorável em face das alterações trazidas pela Lei 13.135/2015.....	455
10.16	Competência para julgamento de Pensão por Morte decorrente de Acidente do Trabalho .....	456
11	PRÁTICA PREVIDENCIÁRIA DA PENSÃO POR MORTE.....	456
11.1	Petição Inicial: Peça Processual Modelo (Concessão do Benefício de Pensão por Morte)..	456
11.2	Fundamentos Jurídicos e Jurisprudenciais de Petições Iniciais Envolvendo Pensão por Morte .....	459
11.2.1	Concessão de pensão por morte à companheira com reconhecimento da união estável.....	460
11.2.2	Concessão de pensão por morte ao filho inválido antes da data do óbito, mas após os 21 anos de idade .....	460
11.2.3	Concessão de pensão por morte a ex-cônjuge .....	462
11.2.4	Concessão de pensão por morte ao filho menor e emancipado .....	462
11.2.5	Concessão de pensão por morte ao menor sob guarda .....	463
11.2.6	Concessão de pensão por morte a pessoa designada .....	464
11.2.7	Concessão de pensão por morte a companheiro(a) homoafetivo .....	464
11.2.8	Concessão de pensão por morte a filho equiparado.....	465
11.3	Valor da Causa.....	465
11.4	Requerimento de Produção de Provas .....	465
11.5	Pedido de Tutela Antecipada .....	466
11.6	Sentença e Tutela Específica da Obrigação.....	466
11.7	Agravo de Instrumento: Peça Processual.....	467
11.8	Apelação: Fundamentos Jurídicos .....	471
11.9	Recurso Especial e Recurso Extraordinário: Fundamentos Jurídicos.....	471
11.10	Cumprimento de Sentença: Fundamentos Jurídicos.....	471
12	AUXÍLIO-RECLUSÃO .....	471
12.1	Cabimento.....	471
12.2	Previsão Legal.....	472
12.3	Requisitos .....	472
12.3.1	Prisão do segurado.....	473
12.3.2	Carência.....	474
12.3.3	Qualidade de segurado .....	474
12.3.4	Critério da baixa renda.....	475
12.3.5	Não receber remuneração da empresa nem estar em gozo de auxílio-doença, pensão por morte, salário-maternidade, aposentadoria ou abono de permanência em serviço.....	478
12.3.6	Qualidade de dependente .....	480

12.4	Beneficiários .....	480
12.5	Data de Início do Benefício (DIB) .....	480
12.6	Data da Cessação do Benefício (DCB).....	480
12.7	Renda Mensal Inicial (RMI) .....	481
12.8	Fuga do Segurado da Prisão .....	482
12.9	Flexibilização do Critério da Baixa Renda à Luz do Princípio da Proteção Social .....	483
12.10	Alterações Trazidas pela Lei 13.135/2015 na Pensão por Morte e Sua Aplicação no Auxílio-Reclusão.....	484
12.11	Preso que Exerce Atividade Remunerada.....	486
12.12	Concessão do Auxílio-Reclusão Quando o Segurado(a) Receba Salário-Maternidade ou Pensão por Morte.....	487
12.13	Verbas Rescisórias Excluídas para Fins de Auferir o Critério da Baixa Renda do Segurado .....	488
12.14	Segurado em Prisão Domiciliar .....	489
12.15	Segurado Usando Tornozeleira Eletrônica .....	489
12.16	Morte do Segurado Recluso e Valor da Pensão por Morte.....	489
13	PRÁTICA PREVIDENCIÁRIA DO AUXÍLIO-RECLUSÃO .....	490
13.1	Petição Inicial: Peça Processual Modelo (Concessão do Benefício de Auxílio-Reclusão) ...	490
13.2	Fundamentos Jurídicos e Jurisprudenciais de Petições Iniciais Envolvendo Auxílio-Reclusão .....	493
13.2.1	Concessão de auxílio-reclusão com a flexibilização do critério da baixa renda .....	493
13.2.2	Concessão de auxílio-reclusão sem a incidência das alterações trazidas pela Lei 13.135/2015 .....	493
13.3	Valor da Causa.....	494
13.4	Requerimento de Produção de Provas .....	494
13.5	Pedido de Tutela Antecipada .....	494
13.6	Sentença e Tutela Específica da Obrigação.....	495
13.7	Agravo de Instrumento .....	495
13.8	Embargos de Declaração com Efeitos Infringentes: Noções Gerais e Peça Processual .....	495
13.9	Apelação: Fundamentos Jurídicos .....	499
13.10	Recurso Especial e Recurso Extraordinário: Fundamentos Jurídicos.....	499
13.11	Cumprimento de Sentença .....	499
14	BCP/LOAS .....	499
14.1	Cabimento.....	500
14.2	Previsão Legal.....	500
14.3	Requisitos do LOAS-IDOSO .....	500
14.3.1	Requisito etário (idade mínima) .....	501
14.3.2	Requisito da Miserabilidade (renda familiar mínima per capita) .....	501
14.3.3	Inscrição no CPF e no Cadastro Único.....	503
14.4	Requisitos do LOAS-DEFICIENTE.....	504
14.4.1	Portaria conjunta MDS/INSS 02/2015 e a caracterização da deficiência para fins de recebimento do LOAS .....	504
14.4.2	Caracterização do Impedimento de Longo Prazo da Pessoa com Deficiência .....	510
14.4.3	Possibilidade de Concessão do LOAS no caso de Incapacidade Temporária .....	511
14.4.4	Requisito da Miserabilidade (renda familiar mínima per capita) .....	512
14.4.5	Inscrição no CPF e no Cadastro Único.....	512
14.5	Composição do Núcleo Familiar para Fins de Concessão do LOAS e Apuração da Renda Familiar nos Termos da Lei 12.435/2011 .....	512
14.6	Estatuto do Idoso e Exclusão de Renda para Fins de Concessão do LOAS .....	513
14.7	Data de Início do Benefício (DIB) .....	514
14.8	Data da Cessação do Benefício (DCB).....	514
14.9	Renda Mensal Inicial (RMI) .....	515

14.10	Peculiaridades do LOAS.....	515
14.11	LOAS Temporário para as Crianças com Microcefalia provocado pelo Zika Vírus.....	515
15	PRÁTICA PREVIDENCIÁRIA DO LOAS.....	515
15.1	Petição Inicial: Peça Processual Modelo (Concessão do LOAS) .....	515
15.2	Fundamentos Jurídicos e Jurisprudenciais de Petições Iniciais Envolvendo LOAS.....	519
15.2.1	Concessão de LOAS mediante a exclusão da renda de membro da família que recebe LOAS-DEFICIENTE .....	519
15.2.2	Cessação de LOAS mediante a flexibilização do critério da renda para fins de apuração do requisito da miserabilidade .....	519
15.3	Valor da Causa.....	520
15.4	Requerimento de Produção de Provas .....	520
15.5	Pedido de Tutela Antecipada.....	520
15.6	Sentença e Tutela Específica da Obrigação.....	520
15.7	Agravo de Instrumento .....	521
15.8	Recurso Inominado: Peça Processual.....	521
16	SALÁRIO-MATERNIDADE.....	524
16.1	Cabimento.....	524
16.2	Previsão Legal.....	524
16.3	Requisitos .....	524
16.3.1	Parto, adoção, guarda judicial para fins de adoção e aborto não criminoso.....	524
16.3.2	Qualidade de segurado.....	525
16.3.3	Carência.....	526
16.3.3.1	Cômputo das contribuições anteriores ao reingresso no RGPS para fins de carência .....	527
16.4	Prazo de Duração do Salário-Maternidade .....	527
16.4.1	Prorrogação do prazo em caso de gravidez de risco.....	528
16.4.2	Prorrogação do prazo em caso de empregada quando a empresa aderir ao programa empresa cidadã.....	530
16.4.3	Situação envolvendo Criança com Microcefalia decorrente de Zika Vírus.....	530
16.5	Beneficiários .....	531
16.5.1	Salário-maternidade devido à empregada doméstica .....	531
16.5.2	Salário-maternidade devido ao cônjuge ou companheiro sobrevivente em caso de falecimento do beneficiário.....	531
16.6	Responsabilidade pelo Pagamento do Salário-Maternidade.....	533
16.7	Direito ao Salário-Maternidade à Segurada Desempregada em Período de Graça .....	533
16.8	Estabilidade da Gestante Empregada .....	534
16.9	Pagamento do Salário-Maternidade nos Casos de Violação da Estabilidade da Gestante Empregada .....	535
16.10	Data de Início do Benefício (DIB).....	538
16.11	Data da Cessação do Benefício (DCB).....	539
16.12	Salário-Maternidade Integrante do Salário de Contribuição.....	539
16.13	Renda Mensal Inicial (RMI).....	539
16.13.1	Possibilidade da RMI superar o teto da previdência social em caso de empregada ...	540
16.14	Acumulação do Salário-Maternidade com Outros Benefícios .....	540
16.15	Exigência de Afastamento do Trabalho .....	541
16.16	MP 871/2019 e o Prazo Decadencial para o requerimento do Salário-maternidade .....	541
17	PRÁTICA PREVIDENCIÁRIA DO SALÁRIO-MATERNIDADE.....	542
17.1	Petição Inicial: Peça Processual Modelo (Concessão do Salário-maternidade em Período de Graça em Razão de Violação da Estabilidade Gestante) .....	542
17.2	Valor da Causa.....	544
17.3	Requerimento de Produção de Provas .....	545

17.4	Pedido de Tutela Antecipada.....	545
17.5	Sentença e Tutela Específica da Obrigação.....	545
17.6	Agravo de Instrumento.....	545
18	APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA RURAL.....	546
18.1	Cabimento.....	546
18.2	Previsão Legal.....	546
18.3	Beneficiários.....	546
18.4	Situação do Garimpeiro.....	547
18.5	Requisitos.....	548
18.5.1	Requisito etário (idade mínima).....	548
18.5.2	Carência (comprovação do exercício da atividade rural).....	550
18.6	Regra de Transição do art. 143 da Lei 8.213/1991.....	553
18.7	Regra de Transição do art. 3º da Lei 11.718/2008.....	556
18.8	Necessidade de Preenchimento Simultâneo da Idade Mínima e do Exercício da Atividade Rural.....	558
18.9	Regras para Comprovação do Tempo Rural.....	559
18.9.1	Início de prova material contemporânea.....	559
18.9.2	Força ampliativa da prova testemunhal idônea não exclusiva.....	560
18.9.3	Rol exemplificativo da prova documental.....	561
18.9.4	Termo inicial do trabalho rural.....	562
18.9.5	Extensão da prova documental em nome do genitor ou do marido para os demais membros do grupo familiar.....	563
18.9.6	Declaração de ex-empregador rural.....	564
18.9.7	Declaração de sindicato rural.....	564
18.9.8	Comprovação do tempo rural exercido pelo boia-fria.....	565
18.10	Data de Início do Benefício (DIB).....	566
18.11	Data de Cessação do Benefício (DCB).....	566
18.12	Salário de Benefício (SB).....	566
18.13	Renda Mensal Inicial (RMI).....	567
18.14	Lei 13.846/2019 e o Cadastro dos Segurados Especiais.....	567
19	PRÁTICA PREVIDENCIÁRIA DA APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA RURAL.....	567
19.1	Petição Inicial: Peça Processual Modelo (Concessão de Aposentadoria Voluntária Rural)....	567
19.2	Valor da Causa.....	570
19.3	Requerimento de Produção de Provas.....	570
19.4	Pedido de Tutela Antecipada.....	570
19.5	Sentença e Tutela Específica da Obrigação.....	571
19.6	Agravo de Instrumento.....	571
20	APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA URBANA.....	571
20.1	Cabimento.....	571
20.2	Previsão Legal.....	573
20.3	Beneficiários.....	574
20.4	Requisitos – Regra Geral: Art.19 da EC 103/2019.....	574
20.4.1	Requisito etário (idade mínima).....	574
20.4.2	Carência.....	575
20.5	Regra de transição da carência do art. 142 da Lei 8.213/1991.....	577
20.6	Desnecessidade de preenchimento simultâneo da idade mínima e da carência para a incidência da regra de transição do art. 142 da Lei 8.213/1991.....	578
20.7	Impossibilidade de preenchimento da carência mediante tempo ficto decorrente de conversão de tempo especial em comum.....	579
20.8	Desnecessidade de qualidade de segurado.....	580
20.9	Reconhecimento do tempo de serviço do aluno aprendiz.....	580

20.10	Reconhecimento do tempo de serviço do militar obrigatório .....	582
20.11	Inclusão do salário de benefício do auxílio-doença como salário de contribuição para a concessão da aposentadoria voluntária.....	582
20.12	Regras para a comprovação do tempo de contribuição: início de prova material contemporânea ao trabalho.....	583
20.13	Sentença da Justiça do Trabalho e Início de Prova Material .....	585
20.14	Data de Início do Benefício (DIB).....	587
20.15	Data de Cessação do Benefício (DCB).....	587
20.16	Possibilidade do Segurado Continuar Trabalhando Mesmo Aposentado .....	587
20.17	Aposentadoria Compulsória .....	588
20.18	Salário de Benefício (SB).....	590
20.18.1	Direito à Exclusão das Menores Contribuições do Salário de Benefício .....	590
20.19	Renda Mensal Inicial (RMI).....	592
20.20	Conversão da Aposentadoria por Incapacidade Permanente em Aposentadoria por Idade .....	595
20.21	Regras de Transição da Aposentadoria Voluntária trazidas pela EC 103/2019.....	595
20.21.1	Regra de Transição 1: Art. 18 da EC 103/2019 (aposentadoria por idade) .....	596
20.21.2	Regra de Transição 2: Art. 15 da EC 103/2019 (sistema de pontos).....	598
20.21.3	Regra de Transição 3: Art. 16 da EC 103/2019 (idade mínima) .....	603
20.21.4	Regra de Transição 4: Art. 17 da EC 103/2019 (pedágio de 50%) .....	605
20.21.5	Regra de Transição 5: Art. 20 da PEC 103/2019 (pedágio de 100%).....	607
21	APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA HÍBRIDA OU MISTA .....	609
21.1	Cabimento.....	609
21.2	Previsão Legal.....	610
21.3	Finalidade.....	611
21.4	Beneficiários .....	611
21.5	Requisitos .....	611
21.5.1	Idade mínima.....	611
21.5.2	Carência.....	612
21.6	Desnecessidade do Segurado Estar Laborando no Campo para Requerer a Aposentadoria voluntária híbrida.....	614
21.7	Data de Início do Benefício (DIB).....	615
21.8	Data de Cessação do Benefício (DCB).....	615
21.9	Salário de Benefício (SB).....	615
21.10	Renda Mensal Inicial (RMI).....	616
21.11	Utilização de Tempo Rural Remoto para Fins de Concessão da Aposentadoria voluntária híbrida .....	617
21.12	Exigência do INSS de que Haja a Manutenção da Qualidade de Segurado .....	620
21.13	Aposentadoria voluntária híbrida da Pessoa com Deficiência.....	621
22	APOSENTADORIA EXCLUSIVAMENTE POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.....	621
22.1	Cabimento.....	621
22.2	Previsão Legal.....	622
22.3	Beneficiários .....	622
22.4	Requisitos .....	623
22.4.1	Carência.....	623
22.4.2	Tempo de contribuição.....	624
22.4.2.1	Tempo rural não contributivo anterior à Lei 8.213/1991 .....	624
22.4.3	Desnecessidade de qualidade de segurado .....	625
22.4.4	Desnecessidade de idade mínima .....	625
22.5	Data de Início do Benefício (DIB).....	625
22.6	Data de Cessação do Benefício (DCB).....	625

22.7	Salário de Benefício (SB) e Regra 85/95 ou da Progressividade do Sistema de Pontos Trazida pela Lei 13.183/2015.....	625
22.8	Renda Mensal Inicial (RMI).....	626
22.9	Regras para a Comprovação do Tempo de Contribuição: Início de Prova Material Contemporânea ao Trabalho.....	626
22.10	Sentença da Justiça do Trabalho e Início de Prova Material.....	626
22.11	Reconhecimento do Tempo de Serviço do Aluno Aprendiz.....	626
22.12	Reconhecimento do Tempo de Serviço do Militar.....	626
22.13	Regra de Transição para a Aposentadoria Integral Trazida pela EC 20/1998 e Pedágio de 20%.....	626
23	APOSENTADORIA DO PROFESSOR.....	627
23.1	Cabimento.....	627
23.2	Previsão Legal.....	627
23.3	Beneficiários.....	628
23.4	Natureza Jurídica.....	628
23.5	Requisitos – Regra Geral.....	629
23.5.1	Idade Mínima.....	629
23.5.2	Tempo de contribuição exercido na função de magistério na educação infantil, ensino fundamental e médio.....	630
23.6	Comprovação da Atividade de Professor.....	630
23.7	Cômputo do Tempo de Contribuição do Professor Prestado Fora de Sala de Aula.....	631
23.8	Data de Início do Benefício (DIB).....	632
23.9	Data de Cessação do Benefício (DCB).....	632
23.10	Salário de Benefício (SB) e Aplicação do Fator Previdenciário antes da EC 103/2019.....	632
23.11	Renda Mensal Inicial (RMI).....	634
23.12	Conversão de Atividade Especial do Professor em Tempo Comum Até a data da Entrada em Vigor da EC 18/1981.....	634
23.13	Regra Transitória para a Aposentadoria do Professor Trazida pelo art. 9º, § 2º, da EC 20/1998.....	634
23.14	Regra de Transição do Art. 15, § 3º, da EC 103/2019 (sistema de pontos para o professor)...	636
23.15	Regra de Transição do Art. 16, § 2º, da EC 103/2019 (idade mínima do professor).....	639
23.16	Regra de Transição do Art. 20, § 1º, da EC 103/2019 (pedágio de 100% para o professor)....	642
24	APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL.....	644
24.1	Cabimento.....	644
24.2	Previsão Legal.....	645
24.3	Beneficiários.....	645
24.4	Requisitos.....	645
24.4.1	Tempo de contribuição e pedágio de 40%.....	645
24.4.2	Idade mínima.....	645
24.5	Data de Início do Benefício (DIB).....	646
24.6	Data de Cessação do Benefício (DCB).....	646
24.7	Salário de Benefício.....	646
24.8	Renda Mensal Inicial (RMI).....	646
24.9	Direito Adquirido à Aposentadoria Proporcional Previsto no art. 3º da Emenda Constitucional 20/1998.....	647
25	APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA....	648
25.1	Cabimento.....	648
25.2	Previsão Legal.....	649
25.3	Beneficiários.....	649
25.4	Requisitos.....	650
25.5	Procedimento para Constatação da Deficiência e do Seu Grau: o Índice de Funcionalidade Brasileiro Aplicado para Fins de Aposentadoria – IF-BRA.....	650

25.6	Tempo de Contribuição de Acordo com o Grau de Deficiência.....	658
25.7	Carência.....	659
25.8	Conversão do Tempo de Contribuição do Segurado para o Grau de Deficiência Preponderante .....	660
25.9	Conversão do Tempo de Contribuição do Deficiente para Tempo Comum .....	662
25.10	Conversão do Tempo de Atividade Especial em Tempo de Contribuição para Fins de Concessão da Aposentadoria da Pessoa com Deficiência .....	664
25.11	Professores com Deficiência que Exercem Exclusivamente a Função de Magistério na Educação Infantil e no Ensino Fundamental e Médio .....	665
25.12	Data de Início do Benefício (DIB) .....	667
25.13	Data de Cessação do Benefício (DCB).....	667
25.14	Salário de Benefício (SB).....	667
25.15	Renda Mensal Inicial (RMI).....	668
25.16	Direito à Contagem Recíproca .....	668
25.17	Direito ao Melhor Benefício .....	669
25.18	Ordem Provisória de Prioridade na Avaliação da Perícia da Pessoa com Deficiência .....	669
25.19	Possibilidade do Segurado Deficiente Continuar Trabalhando Após Aposentado.....	670
26	APOSENTADORIA POR IDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA .....	671
26.1	Cabimento.....	671
26.2	Previsão Legal.....	672
26.3	Beneficiários .....	672
26.4	Requisitos .....	672
26.4.1	Idade mínima.....	672
26.4.2	Carência.....	673
26.4.3	Tempo mínimo de deficiência de 15 anos independente do grau .....	674
26.5	Aposentadoria voluntária híbrida da Pessoa com Deficiência.....	675
26.6	Aposentadoria voluntária Rural do Segurado Especial com Deficiência .....	677
26.7	Procedimento para Constatação da Deficiência e do Seu Grau: o Índice de Funcionalidade Brasileiro Aplicado para Fins de Aposentadoria – IFBRA .....	678
26.8	Data de Início do Benefício (DIB).....	678
26.9	Data de Cessação do Benefício (DCB).....	679
26.10	Possibilidade do Segurado Deficiente Continuar Trabalhando Após Aposentado.....	679
26.11	Salário de Benefício (SB).....	679
26.12	Renda Mensal Inicial (RMI).....	679
26.13	Direito à Contagem Recíproca .....	680
26.14	Direito ao Melhor Benefício .....	680
26.15	Obrigação do Deficiente de Submeter-se a Revisões Periódicas .....	680
27	APOSENTADORIA ESPECIAL.....	680
27.1	Cabimento.....	680
27.2	Previsão Legal.....	682
27.3	Beneficiários .....	682
27.3.1	Ilegalidade na Limitação dos Segurados Beneficiários da Aposentadoria Especial Feita pelo art. 64 do Decreto 3.048/1999 .....	682
27.4	Requisitos – Regra Geral.....	686
27.4.1	Idade Mínima .....	686
27.4.2	Carência.....	687
27.4.3	Tempo de efetiva exposição habitual e permanente a agentes nocivos por 15, 20 ou 25 anos.....	688
27.4.4	Reconhecimento da especialidade do tempo de serviço nos casos de recebimento de auxílio-doença previdenciário.....	689
27.4.5	Natureza dos agentes nocivos e definição do tempo mínimo de atividade especial...	690



27.5	Possibilidade de Reconhecimento da Especialidade da Atividade Exercida Antes da Vigência da Lei 3.807/1960 .....	691
27.6	Regras para a Comprovação do Tempo Especial .....	692
27.6.1	Atividade especial realizada até 28.04.1995 .....	693
27.6.2	Atividade especial realizada a partir de 29.04.1995 até 05.03.1997 .....	694
27.6.3	Atividade especial realizada a partir de 06.03.1997 e Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) .....	695
27.7	Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT .....	699
27.8	Agente Nocivo Ruído .....	700
27.8.1	Picos de ruído versus média simples .....	702
27.9	Possibilidade de Reconhecimento da Periculosidade para Fins de Aposentadoria Especial .....	703
27.9.1	Eletricitários .....	704
27.9.2	Vigilantes e Guardas Municipais com ou sem arma de fogo .....	705
27.9.2	Contato Direto com Explosivos e Armamentos .....	705
27.10	Reconhecimento da Penosidade para Fins de Aposentadoria Especial .....	706
27.10.1	Motorista de caminhão e de ônibus .....	708
27.11	Médico .....	709
27.12	Professor .....	709
27.12.1	Aeronauta .....	709
27.13	Atividade Exercida Apenas na Lavoura .....	710
27.14	Uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI) e Descaracterização do Tempo Especial, exceto para o Ruído .....	710
27.14.1	Produção probatória para fins de desconsideração do resultado do PPP e comprovação da ineficácia do EPI .....	714
27.15	Fator de Conversão Entre Tempos de Atividade .....	717
27.15.1	Conversão de tempo de atividade especial para outra atividade especial (preponderante) .....	718
27.15.2	Conversão de tempo de atividade especial para atividade comum .....	719
27.15.2.1	Possibilidade de conversão de tempo de atividade especial em comum após 28.05.1998 .....	721
27.15.3	Conversão de tempo de atividade comum para atividade especial .....	722
27.16	Data de Início do Benefício (DIB) .....	724
27.17	Data de Cessação do Benefício (DCB) .....	724
27.18	Inconstitucionalidade da Proibição de Continuar a Exercer Atividade Especial .....	724
27.19	Salário de Benefício (SB) .....	725
27.20	Renda Mensal Inicial (RMI) .....	725
27.21	Regra de Transição do Art. 21 da EC 103/2019 (sistema de pontos da aposentadoria especial) .....	725
28	<b>PRÁTICA PREVIDENCIÁRIA DAS APOSENTADORIAS (INCLUINDO A VOLUNTÁRIA, HÍBRIDA, DO PROFESSOR, DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E ESPECIAL) .....</b>	<b>727</b>
28.1	Petição Inicial: Peça Processual Modelo (Concessão da Aposentadoria voluntária Urbana) .....	727
28.2	Fundamentos Jurídicos .....	730
28.2.1	Concessão de aposentadoria voluntária urbana com o cômputo do tempo de auxílio-doença como tempo de contribuição para período anterior à vigência da EC 103/2019 .....	730
28.2.2	Concessão de aposentadoria voluntária urbana mediante o reconhecimento de tempo urbano não registrado no CNIS .....	731
28.2.3	Concessão de aposentadoria voluntária urbana utilizando sentença trabalhista que reconheceu vínculo empregatício .....	731
28.3	Valor da Causa .....	732
28.4	Requerimento de Produção de Provas .....	732
28.5	Pedido de Tutela Antecipada .....	735

28.6	Sentença e Tutela Específica da Obrigação.....	735
28.7	Agravo de Instrumento.....	736
28.8	Apelação: Fundamentos Jurídicos.....	736
28.9	Recurso Especial e Recurso Extraordinário.....	736
28.10	Cumprimento de Sentença.....	736
29	BENEFÍCIOS ESPECIAIS.....	737
29.1	Pensão Especial para as Vítimas da Talidomida.....	737
29.2	Aposentadoria ou Pensão ao Anistiado Político.....	740
29.3	Aposentadoria do Ex-Combatente da 2ª Guerra Mundial.....	742
29.4	Pensão dos Seringueiros (Soldados da Borracha).....	743
29.5	Pensão das Vítimas da Hemodiálise de Caruaru.....	744
29.6	Pensão das Vítimas de Hanseníase.....	744
29.7	Auxílio Especial dos Campeões Mundiais de Futebol de 1958, 1962 e 1970.....	745
29.8	Pensão Especial às Vítimas do CESIO-137 em Goiânia.....	745
29.8	Pensão Especial às Vítimas de Microcefalia por Zika Vírus.....	747
30	BENEFÍCIOS EXTINTOS.....	748
30.1	Pecúlio.....	748
30.2	Renda Mensal Vitalícia.....	749
30.3	Auxílio-Funeral.....	749
30.4	Auxílio-Natalidade.....	750
30.5	Abono de Permanência em Serviço.....	750
30.6	Aposentadorias Diferenciadas do Jornalista Profissional, do Jogador de Futebol Profissional, do Telefonista, do Juiz Classista, do Juiz Eleitoral e do Aeronauta.....	750
31	REGIME PREVIDENCIÁRIO DOS CONGRESSISTAS E REGRA DE TRANSIÇÃO DO ART. 14 DA EC 103/2019.....	751
<b>Capítulo V – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO.....</b>		<b>753</b>
1	A DECADÊNCIA NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO.....	753
1.1	Distinção entre o Ato de Concessão e o Ato de Revisão do Benefício Previdenciário e Âmbito de Incidência da Decadência.....	753
1.2	Previsão Legal do Prazo Decadencial.....	756
1.3	Fundamento Constitucional.....	756
1.4	Termo Inicial do Prazo Decadencial.....	756
1.5	Interrupção do Prazo Decadencial nos Casos de Requerimento Administrativo de Revisão do Benefício.....	760
1.6	Aplicação da Decadência aos Benefícios Concedidos Antes da Medida Provisória 1.523/97 Convertida na Lei 9.528/1997.....	762
1.7	Situações em que Não Se Aplica o Prazo Decadencial.....	763
1.8	Termo Inicial da Decadência no Caso de Existência de Reclamatória Trabalhista.....	765
1.9	Decadência do Direito do INSS de Revisar o Ato Administrativo Favorável ao Segurado ou Dependente.....	765
1.9.1	Decadência no caso de erro de cálculo da RMI pelo INSS na implantação do benefício.....	767
1.9.2	Decadência em face de omissão do INSS nos casos de silêncio administrativo.....	767
1.9	Direito ao Melhor Benefício e Incidência da Decadência.....	769
1.10	Prazo Decadencial de Revisão de Pensão por Morte mediante Modificação da RMI do benefício originário.....	769
2.	PRAZO PRESCRICIONAL.....	769
2.1	Conceito, Previsão Legal e Finalidade.....	769
2.2	Prescrição no Direito Previdenciário e Súmula 85 do STJ.....	770
2.3	Termo Inicial da Incidência da Prescrição.....	770

2.4	Suspensão da Prescrição no Caso de Requerimento Administrativo .....	771
2.5	Interrupção da Prescrição .....	773
2.6	Prescrição nos Casos de Restabelecimento de Benefício Previdenciário por Incapacidade... ..	774
2.7	Prescrição Sobre as Questões Não Decididas pela Administração .....	776
2.8	Inaplicabilidade da Prescrição ao Direito dos Menores, Incapazes e Ausentes .....	776
<b>Capítulo VI – REVISÕES PREVIDENCIÁRIAS .....</b>		<b>777</b>
1	REVISÃO DA VIDA TODA OU DA VIDA INTEIRA (CÔMPUTO DE TODO O PERÍODO-CONTRIBUTIVO) .....	777
1.1	Cabimento .....	777
1.2	Entendimento Jurisprudencial .....	780
1.3	Pressuposto e Abrangência Temporal .....	782
2	RETROAÇÃO DA DIB (DIREITO ADQUIRIDO AO MELHOR BENEFÍCIO) .....	782
2.1	Cabimento .....	782
2.2	Entendimento Jurisprudencial .....	782
2.3	Pressuposto e Abrangência Temporal .....	782
2.4	Incidência da Decadência .....	783
3	REVISÃO DECORRENTE DE RECLAMATÓRIA TRABALHISTA SOBRE O VALOR DO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO OU EM FACE DO RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO .....	784
3.1	Cabimento .....	784
3.2	Entendimento Jurisprudencial .....	785
3.3	Pressuposto e Abrangência Temporal .....	785
3.4	Início do Prazo Decadencial .....	785
4	DESAPOSENTAÇÃO .....	785
4.1	Cabimento .....	785
4.2	Entendimento Jurisprudencial .....	786
4.3	Consequências da Decisão do STF nos Recursos Extraordinários 381.367, 661.256 e 827.833 .....	787
4.3.1	A questão da devolução dos valores .....	788
5	DESPENSAÇÃO .....	789
5.1	Cabimento .....	789
5.2	Entendimento Jurisprudencial .....	789
6	TETO DOS BENEFÍCIOS CONFORME EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/1998 E 41/2003 ...	790
6.1	Cabimento .....	790
6.2	Entendimento Jurisprudencial .....	790
6.3	Pressuposto e Abrangência Temporal .....	790
6.4	Não Incidência da Decadência .....	790
6.5	Incidência sobre os Benefícios Concedidos Antes da CF/1988, bem como os Concedidos no Período do Buraco Negro .....	791
6.6	Interrupção da Prescrição .....	795
7	BURACO NEGRO .....	795
7.1	Cabimento .....	795
7.2	Revisão Feita Administrativamente .....	796
7.3	Pressuposto e Abrangência Temporal .....	796
7.4	Direito Adquirido ao Teto de 20 Salários Mínimos de Referência Previstos na Lei 6.950/1981 nos Benefícios Concedidos no Buraco Negro e a Aplicação do art. 144 da Lei 8.213/1991 ...	796
8	BURACO VERDE .....	799
8.1	Cabimento .....	799
8.2	Revisão Feita Administrativamente .....	799
8.3	Pressuposto e Abrangência Temporal .....	799

9	REVISIONAL DO ART. 29, § 5º, C/C ART. 55, II, AMBOS DA LEI 8.213/1991.....	799
9.1	Cabimento.....	799
9.2	Entendimento Jurisprudencial.....	800
9.3	Impossibilidade de Aplicação do art. 36, § 7º, do Decreto 3.048/1999 nos Casos de Limitação do Salário de Benefício do Auxílio-Doença nos Termos da Lei 13.135/2015.....	801
9.4	Pressuposto e Abrangência Temporal.....	801
10	REVISÃO PELO ART. 29, II, DA LEI 8.213/1991.....	801
10.1	Cabimento.....	801
10.2	Entendimento Jurisprudencial.....	803
10.3	Pressuposto e Abrangência Temporal.....	803
10.4	Interrupção da Prescrição.....	803
10.5	Ação Civil Pública e Possibilidade de Propositura de Ação Individual.....	804
11	OTN/ORTN.....	804
11.1	Cabimento.....	804
11.2	Entendimento Jurisprudencial.....	805
11.3	Pressuposto e Abrangência Temporal.....	805
11.4	Não Incidência da Decadência.....	805
12	IRSM.....	806
12.1	Cabimento.....	806
12.2	Entendimento Jurisprudencial.....	806
12.3	Pressuposto e Abrangência Temporal.....	806
12.4	Não Incidência da Decadência.....	806
13	REAPOSENTAÇÃO.....	806
13.1	Cabimento.....	806
13.2	Entendimento Jurisprudencial.....	807

## **Capítulo VII – PROCESSO JUDICIAL PREVIDENCIÁRIO ..... 809**

1	TEORIA GERAL: FLEXIBILIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	809
1.1	Ausência de Prova Apta para a Constituição do Direito: Sentença Sem Julgamento do Mérito e Flexibilização da Coisa Julgada.....	809
1.2	Prova Diabólica e Distribuição Dinâmica do Ônus Probatório no Direito Previdenciário.....	812
1.3	Relativização do Princípio da Congruência entre o Pedido e a Sentença: Princípio da Fungibilidade da Tutela Previdenciária.....	814
2.	COMPETÊNCIA NAS LIDES PREVIDENCIÁRIAS.....	815
2.1	Justiça Federal.....	816
2.1.1	Competência do Juízo Federal Ordinário (Comum).....	816
2.1.2	Competência do Juízo do Juizado Especial Federal (JEF).....	817
2.2	Justiça Estadual.....	818
2.2.1	Competência Originária do Juízo Estadual para as Ações Acidentárias.....	818
2.2.2	Competência Delegada Previdenciária da Justiça Federal.....	820
2.3	Competência no caso de Cumulação de Pedidos na Ação Previdenciária com o Dano Moral.....	827
2.4	Competência para julgamento de Pensão por Morte decorrente de Acidente do Trabalho.....	829
2.5	Competência para o julgamento de Mandado de Segurança que verse sobre Benefício Acidentário.....	830
2.6	Competência para o julgamento de Ação Previdenciária envolvendo a aplicação do Nexó Técnico Epidemiológico (NTEP).....	831
2.7	Competência para Expedição de Alvará nas Demandas Previdenciárias.....	833
2.8	Competência para Julgamento de Ação Acidentária Envolvendo Segurado Especial.....	833
3.	VALOR DA CAUSA.....	834

4. APLICAÇÃO DAS REGRAS DO CPC ÀS LIDES PREVIDENCIÁRIAS DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL (JEF).....	834
5. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E PRETENSÃO RESISTIDA.....	836
6. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA (CAUTELAR OUANTECIPADA) E DE EVIDÊNCIA NAS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.....	836
6.1 Conceito.....	836
6.2 Requisitos.....	838
6.3 Procedimento.....	839
6.4 A Estabilização da Tutela Antecipada Concedida de Forma Antecedente.....	840
7. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA O INSS: ALTERAÇÕES TRAZIDAS PELO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	844
7.1 Apresentação dos Cálculos Discriminados e Atualizados.....	845
7.2 Defesa Processual do INSS: A Impugnação.....	845
7.3 Execução Invertida.....	847
8. TUTELA ESPECÍFICA FUNDADA EM OBRIGAÇÃO DE FAZER NAS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.....	847
8.1 Cumprimento da Tutela Específica na Pendência de Apelação.....	848
8.2 Impossibilidade de Devolução de Valores Recebidos a Título de Tutela Específica.....	850
9. REAFIRMAÇÃO DA DER NAS AÇÕES JUDICIAIS.....	851
10. AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO PRELIMINAR NAS LIDES PREVIDENCIÁRIAS.....	854
11. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NAS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.....	856
11.1 Destaque de Honorários Sucumbenciais.....	857
11.2 Destaque de Honorários Contratuais.....	858
11.3 Honorários Advocatícios na Fase de Cumprimento de Sentença Contra o INSS.....	859
12. HONORÁRIOS PERICIAIS.....	860
13. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA DAS CONDENAÇÕES IMPOSTAS AO INSS.....	861
14. JUSTIÇA GRATUITA.....	864
15. AÇÕES COLETIVAS EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA.....	866
15.1 Legitimidade Ativa do Ministério Público em Ação Civil Pública Previdenciária.....	866
15.2 Possibilidade de Controle de Constitucionalidade.....	867
15.3 Âmbito de Alcance dos Efeitos da Decisão.....	868
15.4 Execução Individual do Título Executivo Judicial Formado na Ação Coletiva.....	869
15.5 Honorários Advocatícios e Periciais nas Ações Civil Públicas.....	869
16. AÇÃO RESCISÓRIA PREVIDENCIÁRIA FUNDADA EM PROVA NOVA PARA OS TRABALHADORES RURAIS.....	870
17. REEXAME NECESSÁRIO E SUA APLICAÇÃO NAS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EM FACE DO CPC.....	871
17.1 <i>Reformatio in Pejus</i> no Reexame Necessário nas Ações Previdenciárias.....	872
18. DANO MORAL PREVIDENCIÁRIO.....	873
19. AÇÃO REGRESSIVA EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA.....	874
20. NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR).....	876
21. SISTEMÁTICA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS PREVIDENCIÁRIOS.....	878
22. RECURSOS CABÍVEIS NO RITO COMUM PREVIDENCIÁRIO.....	881
23. COMPENSAÇÃO DE VALORES NO CASO DE RECEBIMENTO DE BENEFÍCIOS INACUMULÁVEIS.....	881

<b>Capítulo VIII – PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO.....</b>	<b>883</b>
1 REQUERIMENTO PRÉVIO DE CONCESSÃO, CONVERSÃO OU RESTABELECIMENTO DE BENEFÍCIO .....	883
2 PEDIDO DE CORRETA FIXAÇÃO DA DER.....	886
3 PEDIDO ADMINISTRATIVO DE REAFIRMAÇÃO DA DER .....	887
4 PEDIDO DE PRORROGAÇÃO (PP) E PEDIDO DERECONSIDERAÇÃO (PR) EM AUXÍLIO-DOENÇA.....	887
5 PEDIDO DE RETIFICAÇÃO DE DADOS NO CNIS.....	889
6 JUSTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA (JA).....	890
7 PEDIDO ADMINISTRATIVO DE REVISÃO .....	891
8 ESTRUTURA RECURSAL DO PROCESSOADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO .....	891
8.1 Órgãos Administrativos no Âmbito Recursal .....	891
8.2 Espécies de Recursos Administrativos .....	893
8.2.1 Recurso ordinário .....	893
8.2.2 Recurso especial .....	894
8.2.3 Pedido de uniformização de jurisprudência.....	894
8.2.4 Reclamação .....	896
8.2.5 Embargos de declaração.....	896
8.3 Forma de Contagem dos Prazos nos Recursos Administrativos.....	897
8.4 Disposições Comuns dos Recursos Administrativos.....	898
8.5 Revisão de Acórdão .....	901
8.6 Conflito de Competência .....	901
9 PROGRAMA PERMANENTE DE REVISÃO DA CONCESSÃO E DA MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS.....	901
9.1 Obrigação dos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais.....	903
10 PROGRAMA ESPECIAL PARA ANÁLISE DE BENEFÍCIOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE.....	904
10.1 Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios (BMOB) .....	906
11 PROGRAMA DE REVISÃO DE BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE .....	907
11.1 Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade (BPMBI) .....	907
12 INSS DIGITAL E MEU INSS .....	909
13 LEI 13.846/2019 E ACESSO DE DADOS DO SEGURADO E DO DEPENDENTE EM ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS .....	910
14 RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA DO SERVIDOR DO INSS.....	911
15 LEI 13.846/2019 E POSSIBILIDADE DE REQUERER O BENEFÍCIO NO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS.....	912
<b>Capítulo IX – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS ....</b>	<b>913</b>
1 CARACTERÍSTICAS: CONTRIBUTIVO, SOLIDÁRIO, DE REPARTIÇÃO SIMPLES E NECESSIDADE DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO .....	913
2 COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE SOBRE PREVIDÊNCIA SOCIAL E AS NORMAS TRAZIDAS PELA EC 103/2019 .....	915
2.1 Equivalência entre Normas do RGPS e RPPS e a Limitação do rol dos Benefícios Custeados pelos Regimes Próprios.....	919
3 UNICIDADE DO RPPS POR CADA ENTE ESTATAL.....	919
3.1 Regras aplicáveis aos Fundos Previdenciários dos Regimes Próprios nos termos da Lei 13.846/2019.....	921
3.2 Compensação Financeira no caso de Contagem Recíproca.....	922

4	BENEFICIÁRIO DO RPPS.....	925
5	APOSENTADORIAS EM ESPÉCIE: CONFORME A REGRA GERAL DO ART. 40 DA CF/88 E AS ALTERAÇÕES DA EC 103/2019 .....	926
5.1	Aposentadoria Voluntária Comum – Regra Geral: Art. 10 da EC 103/2019.....	926
5.1.1	Forma de Cálculo da Aposentadoria, Salário de Benefício e Reajustes Periódicos ...	928
5.2	Aposentadoria Compulsória .....	932
5.3	Aposentadoria por Incapacidade Permanente.....	933
5.3.1	Regra de Transição do Art.6º-A da EC 41/2003 incluída pela EC 70/2012 e sua revogação pela EC 103/2019.....	936
5.4	Aposentadoria Voluntária Especial – Regra Geral: Art. 10 da EC 103/2019 .....	939
5.4.1	Aposentadoria do Servidor Exposto a Agentes Químicos, Físicos e Biológicos.....	939
5.4.2	Aposentadoria do Servidor com Deficiência.....	944
5.4.3	Aposentadoria do Policial, do Agente Penitenciário e do Agente Socioeducativo ...	948
5.4.4	Aposentadoria do Professor.....	951
6	REGRAS DE TRANSIÇÃO EXISTENTES NO RPPS ANTES DA VIGÊNCIA DA EC 103/2019.....	953
6.1	Servidores que ingressaram no Serviço Público até 16.12.1998.....	954
6.1.1	Regra de transição revogada: Art. 8º da EC 20/1998.....	954
6.1.2	Regra de transição: Art. 2º da EC 41/2003.....	956
6.1.3	Regra de transição: Art. 6º da EC 41/2003.....	957
6.1.4	Regra de transição: Art. 3º da EC 47/2005.....	959
6.2	Servidores que ingressaram no Serviço Público após 16.12.1998 até 31.12.2003 .....	961
6.2.1	Regra de transição: Art. 6º da EC 41/2003.....	961
6.3	Servidores que ingressaram no Serviço Público a partir de 01.01.2004 .....	962
6.4	Mudança de Cargo com Continuidade no Serviço Público.....	963
7	REGRAS DE TRANSIÇÃO ESTABELECIDAS PELA EC 103/2019 PARA O RPPS DA UNIÃO ...	963
7.1	Aposentadoria Voluntária Comum .....	964
7.1.1	Regra de Transição: Art. 4 da EC 103/2019 (sistema de pontos).....	964
7.1.2	Regra de Transição: Art. 20 da EC 103/2019 (pedágio de 100%) .....	969
7.2	Aposentadoria Voluntária Especial .....	973
7.2.1	Exposição a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos – Regra de Transição: Art. 21 da EC 103/2019 .....	973
7.2.2	Policial, Agente Penitenciário e Agente Socioeducativo – Regras de Transição: Art. 5º, caput e § 3º da EC 103/2019 .....	975
7.2.3	Professor – Regras de Transição: Arts. 4º, § 4º, e 20, § 1º, da EC 103/2019 .....	979
8	ABONO DE PERMANÊNCIA .....	981
8.1	EC 47/2005 e Direito ao Abono de Permanência .....	985
9	PENSÃO POR MORTE .....	987
9.1	EC 41/2003, Fim da Integralidade: Redutor de 30% do Valor que Ultrapassar o Teto do RGPS e as Alterações Realizadas pela EC 103/2019.....	987
9.2	Incoerência Normativa Provocada por Erro do Legislador Constituinte Derivado: O caso dos incisos não revogados do § 7º, art. 40 da CF/88.....	991
9.3	Novo Cálculo da Pensão por Morte Disciplinada pela EC 103/2019 e a Regra Excepcional Se Houver Dependente Inválido ou com Deficiência .....	994
9.4	Possibilidade de o Valor da Pensão por Morte ser abaixo de 1 salário mínimo se o dependente tiver renda formal.....	999
9.5	Valor Diferenciado da Pensão no caso de óbito de Policial, Agente Penitenciário ou Socioeducativo decorrente de agressão no exercício ou em razão da função .....	1000
9.6	EC 41/2003, Regra da Paridade e Mudanças Realizadas pela EC 103/2019.....	1001
9.7	Dependentes .....	1003
9.8	Lei 13.135/2015 e Suas Alterações no RPPS.....	1007

9.9	Lei 13.846/2019 e o prazo de recebimento da Pensão por Morte pela ex-cônjuge ou ex-companheira(o) .....	1010
9.10	Lei 13.846/2019 e alteração do termo inicial da Pensão Por Morte .....	1011
10	ACUMULAÇÃO DOS BENEFÍCIOS .....	1012
10.1	Abate Teto nos Casos de Recebimento Acumulado de Aposentadoria e Pensão .....	1017
11	ASPECTOS RELACIONADOS AO CUSTEIO DO RPPS .....	1019
11.1	Contribuição dos Servidores .....	1019
11.2	Contribuição dos Inativos .....	1025
11.2.1	Contribuição dos inativos com doença incapacitante .....	1028
11.3	Contribuição dos Entes Federados .....	1029
11.3.1	Base de cálculo da contribuição previdenciária da União com base no princípio da solidariedade .....	1030
12	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS .....	1032
12.1	Natureza Jurídica das Entidades da Previdência Complementar Pública .....	1033
12.2	Marco Temporal da Vigência do Regime de Previdência Complementar Público .....	1034
12.3	Benefício Especial .....	1038
12.3.1	Natureza jurídica .....	1038
12.3.2	Forma de cálculo .....	1040
12.3.3	Inconstitucionalidade do cálculo do fator de conversão (FC) .....	1042
12.3.4	Direito de Opção aos Servidores que ingressaram no Serviço Público Antes de Instituição do Regime de Previdência Complementar .....	1044
12.3.5	Disposições aplicáveis ao benefício especial .....	1045
12.3.6	Benefício Especial: Norma de Reprodução Obrigatória pelo Regime de Previdência Complementar instituído pelos Estados, Distrito Federal e Municípios .....	1048
12.4	Regras Gerais do FUNPRESP Trazidas pela Lei 10.618/2012 .....	1050
13	CONTAGEM RECÍPROCA NO RPPS .....	1052
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>		<b>1053</b>